



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Lula antecipa campanha à reeleição, Tarcísio vai à marcha evangélica

Em entrevista ao podcast Mano a Mano, conduzido pelo rapper Mano Brown e pela jornalista Semayat Oliveira, gravada no último domingo (15/6) e publicada na madrugada desta quinta-feira (19/6), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a defender o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) proposto pelo Ministério da Fazenda. A medida aumenta a carga tributária para setores beneficiados por isenções fiscais, para garantir equilíbrio fiscal e assegurar investimentos em áreas sociais.

Lula foi entrevistado antes da acachapante derrota do governo na Câmara, que aprovou um pedido de urgência para derrubar o aumento do IOF por 346 a 97 votos, na segunda-feira (16/6). Os “aliados” do Centrão votaram em massa contra o governo, que ficou confinado ao campo minoritário da esquerda. Lula argumenta que a elevação do imposto é necessária para evitar cortes no orçamento da saúde, da educação e de obras públicas.

Apesar das adversidades, Lula parece disposto a travar uma disputa política com o Congresso em torno da tributação das operações financeiras, para garantir as políticas de transferência de renda do governo. “Toda vez que a gente vai ultrapassar o arcabouço fiscal, a gente tem que cortar no Orçamento. Então, se eu tiver que cortar R\$ 40 bilhões em obras, saúde e educação, o IOF é para fazer essa compensação. Essa briga nós temos que fazer, não dá para a gente ceder toda hora”, disse o presidente.

A derrota não mudou a opinião de Lula, que adotou uma narrativa claramente eleitoral. Segundo ele, a proposta busca fazer justiça fiscal, atingindo setores altamente lucrativos que hoje pagam pouco imposto, como as plataformas de apostas on-line e as fintechs. O problema é que isso virou um cabo de guerra. O governo já editou três decretos sobre o IOF, todos muito rejeitados pelo Congresso. O último decreto, na quarta-feira, reduziu a expectativa de arrecadação de R\$ 19,1 bilhões para R\$ 6 bilhões ou R\$ 7 bilhões.

“As bets pagam 12%, nós queremos que paguem 18%. Eles ganham bilhões e bilhões. Não querem pagar. As fintechs, hoje, são quase que uns bancos, não querem pagar”, concluiu. Lula assumiu mais uma vez seu desejo de disputar a reeleição, se estiver bem de saúde. Sua narrativa é mais voltada para sua base eleitoral do que aos seus aliados do Centrão, que estão contra o aumento.

De certa forma, na entrevista do Mano a Mano, apresentou uma agenda de campanha: isenção de Imposto de Renda a quem ganha até R\$ 5 mil; programas para reforma de casas de pessoas de baixa renda; financiamento da compra de moto elétrica para entregador por aplicativo; regulamentação das redes sociais e combate à disseminação de conteúdos falsos; e as polêmicas pesquisas de petróleo na Margem Equatorial da costa da Amazônia. Mas reconheceu que as pessoas não têm a sensação de que as coisas estão melhorando e se queixou da “imbecilidade” da extrema-direita no Congresso.

A alternativa paulista

O problema é que Lula precisa recorrer às cerimônias oficiais, entrevistas e conversas com influenciadores, como no programa Mano a Mano, para falar com seus eleitores. Disputará uma eleição na qual a oposição já está à vontade nas ruas. Ontem, por exemplo, a estrela da Marcha para Jesus de 2025 na Avenida Tiradentes, na capital paulista, foi Tarcísio de Freitas (Republicanos), o governador de São Paulo, ao lado do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e dos presidentes do PSD, Gilberto Kassab, e do PL, Valdemar Costa Neto. Não havia o menor espaço para Lula participar da marcha sem levar uma vaia bruta.

Enrolado numa bandeira de Israel, Tarcísio focou seu discurso em temas religiosos e falou em “reconciliação”. Disse que o país precisa se livrar da “idolatria e corrupção”. Para bom entendedor, colocou-se como um político acima da polarização entre Lula e Bolsonaro. Embora não assuma a candidatura, isso é música para a elite econômica do país e os partidos de centro-direita, que torcem por isso.

Quem tem a chave da candidatura de Tarcísio chama-se Jair Bolsonaro. Sem apoio do ex-presidente da República, que está inelutável, não tem como ter os votos da extrema-direita, seria apenas mais um candidato paulista a ser derrotado. A propósito, houve uma mudança estrutural na política de São Paulo após as eleições de 2022. Lula venceu na capital e foi derrotado por Bolsonaro no interior, mas emergiu um adversário novo no Palácio dos Bandeirantes, que traduziu a força da extrema-direita. O PSDB, que protagonizou o moderno na política brasileira junto com o PT, hegemônico em São Paulo desde 1994, foi desbancado pelo bolsonarismo.

PSDB e PT se propunham a modernizar o país e superar o patrimonialismo. Os tucanos, a partir de um núcleo de intelectuais, empresários e políticos, pela via da reforma do Estado, do equilíbrio fiscal e da integração à economia mundial; os petistas, que reuniram intelectuais, sindicalistas e militantes de esquerda, numa perspectiva nacional desenvolvimentista, de redistribuição de renda e ampliação da democracia. Ambos foram abduzidos pelo transformismo político. O PT nunca seduziu o interior paulista, o PSDB foi volatilizado. A alternativa que emerge em São Paulo é uma nova modernização conservadora e “liberal”, alinhada a Donald Trump e à extrema-direita mundial.

PODER

Em meio à crise com o Congresso, Lula justifica aumento do Imposto sobre Operações Financeiras para garantir recursos a programas sociais, saúde, educação e obras

Presidente defende IOF e fala em resistir à pressão

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), medida proposta pela equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e alvo de críticas. Nesta semana, a Câmara aprovou a urgência para análise do projeto cujo objetivo é derrubar o decreto presidencial que elevou a alíquota.

Lula foi categórico ao afirmar que não aceitará recuar diante das pressões de setores econômicos poderosos. Segundo ele, a proposta tem como objetivo proteger os investimentos sociais e garantir o cumprimento do novo arcabouço fiscal, regra que limita o crescimento dos gastos públicos.

“Toda vez que a gente vai ultrapassar o arcabouço fiscal, a gente tem que cortar no Orçamento. Então, se eu tiver que cortar R\$ 40 bilhões em obras, saúde e educação, o IOF é para fazer essa compensação. Essa briga nós temos que fazer, não dá para a gente ceder toda hora”, declarou, em entrevista ao podcast Mano a Mano.

A proposta do governo, formalizada em 22 de maio, tinha como objetivo elevar a arrecadação em aproximadamente R\$ 19 bilhões ao ano, segundo estimativas da Fazenda. O foco estava na taxação de operações de crédito, remessas internacionais e no aumento da carga sobre setores considerados altamente

Dino aciona TCU após pedido do governo sobre emendas

Ton Molina/STF



O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o Tribunal de Contas da União (TCU) se manifeste, em até 15 dias úteis, sobre o pedido da União para dispensar a análise prévia dos planos de trabalho das chamadas emendas Pix pagas entre 2020 e 2024. A União busca uma autorização para não submeter os planos de trabalho dessas emendas antigas à análise prévia dos ministérios setoriais, como determinam as regras atuais. A justificativa é de que os recursos já foram executados ou estão em execução, o que, segundo o governo, tornaria essa etapa uma formalidade sem efeito prático.

lucrativos, como plataformas de apostas eletrônicas (bets), fintechs — empresas que desenvolvem e oferecem serviços financeiros utilizando tecnologia como principal diferencial — e operações financeiras de alta renda.

A reação do mercado, no entanto, foi imediata, acompanhada de fortes críticas no Congresso, incluindo de parlamentares da própria base governista. Diante do desgaste político, o Palácio do Planalto recuou parcialmente e, no último dia 11, publicou um novo

decreto, além de uma medida provisória, que reduziu parte das alíquotas e ajustou pontos considerados mais sensíveis, como a taxação sobre investimentos estrangeiros e remessas ao exterior.

Ainda assim, a crise se aprofundou. Na última segunda-feira, a Câmara aprovou, por ampla maioria, o regime de urgência para a tramitação de um projeto que busca anular os efeitos do decreto presidencial. Isso significa que o texto que revoga a medida pode ser votado a qualquer momento, sem

passar pelas comissões, acelerando o desgaste para o governo.

O chefe do Executivo também fez críticas explícitas a setores que, segundo ele, lucram bilhões, mas resistem a contribuir com a arrecadação pública, citando as empresas de apostas. “As bets pagam 12%, nós queremos que paguem 18%. Eles ganham bilhões e bilhões. Não querem pagar. As fintechs, hoje, são quase que uns bancos, não querem pagar. Então, essa briga nós temos que fazer, não dá para a gente ceder toda hora”, reforçou.

TOP 1 no ranking nacional

de News Information – Local News

Enquanto uns viralizam, o Correio lidera.

E não é com visualização de meme, é acesso, é clique, é audiência real. O portal **Correio Braziliense*** é **TOP 1 Comscore** na categoria News Information - Local News do ranking nacional.

- 1º Correio Braziliense*
- 2º Estado de Minas
- 3º PORTAL “C”
- 4º PORTAL “D”
- 5º PORTAL “E”

Nosso novo site reflete o compromisso com a inovação:

jornalismo de qualidade, acessível e moderno, em uma experiência de leitura ainda melhor.

Acesse: correio braziliense.com.br

Fonte: Comscore Multiplatform – Desktop e Mobile | Categoria News/Information. *Total Audience – *Audiência deduplicada das propriedades: correio braziliense.com, Correio Braziliense Blogs, ofuxico.com.br e oimparcial.com.br Usuários Únicos Abril/2025 | Brasil.

CORREIO BRAZILIENSE

DIÁRIOS ASSOCIADOS